

PROCESSO - A. I. N° 114155.0130/08-9
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - FRANCISCO GERALDO PEREIRA DE SOUZA (SAN MARTINS PNEUS)
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PGE/PROFIS –Acórdão 1ª JF nº 0396-01/08
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 21/07/2009

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF N° 0184-11/09

EMENTA: ICMS. ALTERAÇÃO DE MULTA. PRIMEIRA INFRAÇÃO. Representação proposta com base no art. 119, II, § 2º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), para que seja alterada a multa de 60% para 50%, tendo em vista que se trata de falta de antecipação do imposto, devido por microempresa, cuja infração está prevista no art. 42, inciso I, alínea “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96. Representação ACOLHIDA. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Representação da PGE/PROFIS, embasada nos artigos 119, II, § 1º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB) e 114, II, do RPAF/99, dentro da sua competência para efetuar o controle da legalidade do Processo Administrativo Fiscal, com a finalidade de modificar o percentual da multa, de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, aplicada pelo recolhimento a menos do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outra unidade da Federação, para 50%, estatuída no art. 42, I, “b”, item 1, da citada Lei (nº 7.014/96), por ser o contribuinte, à época dos fatos, enquadrado como Microempresa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Bahia.

Assim, a PGE/PROFIS, no Parecer de fl. 308/309, analisando os autos e a solicitação da Gerência de Cobrança/Dívida Ativa (fl. 307) para exercer o controle da legalidade, observou a existência de erro na aplicação da penalidade imposta na infração 01, na medida em que o autuado se enquadrava em inciso diverso daquele constante da autuação, fazendo jus à redução do percentual da multa aplicada.

Nesse contexto, foi interposta a presente Representação, devidamente ratificada em todos os seus termos pelo Procurador Assistente, Dr. José Augusto Martins Júnior, conforme despacho de fl. 310/311 do feito, para a correção de erro na aplicação do percentual da multa ao caso concreto versado.

VOTO

Em obediência à determinação dos artigos 113, do RPAF e 119, II, § 1º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), os quais fixam a competência da Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria Fiscal, para efetuar o controle de legalidade em momento que antecede a inscrição do crédito tributário na Dívida Ativa, vem a PGE/PROFIS representar a este CONSEF, a fim de que seja alterado o percentual da multa aplicada à infração de nº 01 (identificada como 07.01.01) do Auto de Infração epigrafado, para ser utilizado o percentual de 50%.

Com efeito, interpôs a PGE/PROFIS Representação ao CONSEF, visando à retificação do Acórdão JF nº. 0396-01/08, com modificação no percentual da multa, de 60% para 50%, tendo em vista o enquadramento equivocado do autuado na hipótese prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, quando o correto seria, considerando a data da ocorrência dos fatos geradores da obrigação

tributária, tê-la como Microempresa, consoante demonstrado no documento de fl. 306, logo situada no art. 42, I, “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96.

Examinados os autos, verifico que os documentos, “Dados Cadastrais”, “Histórico de Condição” (INC), acostados, respectivamente, às fls. 305/306 do PAF, e o próprio Auto de Infração - fl. 1 (infração 1) confirmam, inquestionavelmente, ser o sujeito passivo, repita-se, na oportunidade dos fatos geradores que culminaram na exigência fiscal, considerado como Microempresa no Regime Simplificado de Tributação.

Destarte, sem margem à tergiversação, a multa aplicável à espécie concreta versada é a de 50%, e não a de 60%, como erradamente consigna a infração de nº 1 do Auto de Infração sob análise.

Pelo exposto, o meu voto é no sentido de ACOLHER a Representação proposta pela PGE/PROFIS, em todos os seus termos, por se encontrar em consonância com os dispositivos legais vigentes, mantendo-se inalterado o débito julgado pela 1ª JF no valor de R\$4.963,46.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, ACOLHER a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de julho de 2009.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – PRESIDENTE

VALNEI SOUSA FREIRE - RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA - REPR. DA PGE/PROFIS